

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.444 - SP (2019/0292688-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN - SP273122**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DEIVID OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DEIVID OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n.º 2177812-34.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, na data de 12/08/2019, em razão do suposto cometimento do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, uma vez foram apreendidos, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, "293 *invólucros contendo maconha*; 683 *invólucros contendo crack e 362 invólucros contendo cocaína*." (fl. 69).

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva na data de 13/08/2019 (fls. 68-71).

Contra essa decisão foi impetrado o *mandamus* originário, no qual foi denegada a ordem pelo Tribunal de origem, consoante a ementa a seguir transcrita (fl. 96):

"Habeas Corpus – Tráfico ilícito de drogas – Decisão fundamentada na demonstração dos pressupostos e requisitos autorizadores da prisão preventiva – Revogação – Impossibilidade – Insuficiência das medidas cautelares alternativas – Reconhecimento – Alegação de constrangimento ilegal não evidenciada – Ordem denegada."

Neste *writ*, alega-se, em suma, que não estão preenchidos os requisitos autorizadores da medida extrema e que são inidôneos os fundamentos utilizados para a decretação da custódia provisória.

Destaca-se que o Paciente é primário e a quantidade de drogas não seria significativa.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer-se, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do Paciente, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

O Tribunal de origem, mantendo o decreto prisional, afirma que a custódia cautelar do Paciente – acusado de tráfico ilícito de drogas – revela-se necessária para a garantia da ordem pública, **mormente pela gravidade concreta da conduta evidenciada pela quantidade e variedade das drogas**, circunstâncias que denotam, em princípio, a necessidade da manutenção do decreto prisional. É o que se vê dos seguintes excertos do acórdão vergastado, *in verbis* (fls. 95-102; sem grifos no original):

*"Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante e está sendo processado, por infração ao artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, pelos fatos assim textualmente narrados na denúncia:*

*'Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, em 12 de agosto de 2019, por volta das 15 horas, na Rua Baltazar Gomes de Alarcão nº 365, Cidade Ademar, nesta Capital, GABRIELLY CRISTINE SILVA, com 18 anos, qualificada a fls. 8/9; e DEIVID OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS, qualificado a fls. 18, agindo em concurso, previamente ajustados e com identidade de desígnios, foram surpreendidos, guardando e tendo em depósito, para fins de tráfico, **392,21g (trezentos e noventa e dois gramas e vinte e um decigramas) de Benzoilmetilecgonina, mais conhecida como 'cocaína', em 362 (trezentos e sessenta e dois) eppendorfs; 273,2g (duzentos e setenta e três gramas e dois decigramas) da mesma substância, em 683 (seiscentos e oitenta e três) trouxinhas de 'crack'; e 1.149,5g (mil cento e quarenta e nove gramas e cinco decigramas) de Tetrahydrocannabinol, mais conhecido como 'maconha', em 293 (duzentos e noventa e três) invólucros plástico, drogas que determinam dependência física e psíquica**, sem autorização e em desacordo com de terminação legal e regulamentar, conforme autos de exibição e apreensão de fls. 31/32; de constatação de fls. 36/39, e laudo químico-toxicológico de fls. 92/95.'*"

De fato, consoante pacífico entendimento desta Corte Superior, *"a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva"* (RHC 102.733/MG, Rel. Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

Convém registrar, ainda, que a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora